

Empresários, agricultores, sindicatos e construção civil apresentam Manifesto ao Governo

Menos impostos, rever política de transportes e mais formação

A Parceria Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Federação Agrícola dos Açores, UGT-Açores e AICOPA procedeu a uma revisão do manifesto assinado em Abril de 2020, num documento com 14 páginas, em que se reivindica “um novo rumo para os Açores” e que vai ser apresentado ao Presidente do Governo Regional numa reunião já solicitada.

De acordo com o documento, divulgado pela Parceria, são necessárias inúmeras medidas para relançar o futuro dos Açores, entre as quais a “mobilização maciça de liquidez para a sustentação das empresas através de medidas nacionais e medidas regionais complementares e próprias para manter a capacidade produtiva da economia, com especial enfoque nos sectores críticos, transformando-a em apoios a fundo perdido no curto/médio prazo”.

Baixar impostos e rever transportes aéreos e marítimos

O documento defende a “aposta determinante na Formação e na Transição Digital como Fatores Transversais para a Competitividade”, incluindo “a implementação do pacote fiscal com redução de impostos (medida que deverá ser tomada por diversos países e regiões); Redução estrutural dos custos de contexto como os associados à burocracia, aos transportes e às energias”.

Noutra vertente, defende a “travagem da derrapagem dos resulta-

dos do SPER, por má gestão e/ou pela imposição de mandatos não financiados e não autorizados no orçamento público”, propondo, como medidas, a “acção imediata do governo ordenando a contenção de custos neste sector; Redimensionamento da operação da SATA internacional. Alteração dos modelos de transporte aéreo territorial, aéreo regional e marítimo de mercadorias. Liberalização total dos acessos territoriais; Revisão do modelo de transporte aéreo inter-ilhas; Desenvolvimento de novo modelo para o transporte marítimo de mercadorias”.

A Parceria económica e social defende ainda “um novo modelo de desenvolvimento económico que concilie e equilibre o investimento público estruturante com o investimento privado, de modo a que aquele se constitua como um factor de atracção, criação e capacitação das empresas, para a produção de riqueza e de postos de trabalho qualificados e sustentáveis, suscetíveis de contrariarem o risco de pobreza nos Açores”.

Mais formação e qualificação e menos ocupacionais

Os parceiros defendem também o “reforço das verbas para a transição digital do sector produtivo privado; Marcação de posição nacional para a reserva do envelope para os Açores; Manutenção da taxa de cofinanciamento nos 15%; Permitir que em todos os eixos

Propostas da Parceria açoriana vão ser apresentadas a José Manuel Bolieiro



no ano de transição, 2021, a continuidade dos vários programas, já aplicada à PAC, e conhecida com a expressão: “Old rules, with fresh Money”, permitindo aprovar projectos com a regulamentação do antigo quadro, utilizando 10% do envelope atribuído no novo quadro comunitário de apoio”.

Propõem ainda “a retoma urgente dos programas de formação e qualificação profissional inicial e contínua dos trabalhadores da administração pública regional com recurso e no âmbito dos apoios do FSE” com a “implementação da orçamentação de base zero, conforme

previsto na Lei Quadro do Orçamento; Reforço dos programas de apoio ao primeiro emprego de natureza estagiária e de correcção e melhoria dos actuais programas ocupacionais que permitam o seu correto uso por parte de todos os agentes, quer públicos, quer privados, como importante instrumento de apoio ao primeiro emprego e à integração no mercado de trabalho”.

Como medidas, avançam com “a redução do peso dos activos em programas ocupacionais; Reforço dos programas de estágios profissionais, de acordo com as necessidades das empresas”.

Vai haver “correção de trajectória” nos transportes

O Governo Regional dos Açores promete que vai haver uma “correção de trajectória” nos transportes aéreos e marítimos dos Açores.

Mota Borges, Secretário Regional do Turismo, Transportes e Energia, entende que os “transportes são extremamente importantes para as ilhas, independentemente de haver turismo ou não”, e que, por outro lado, “não há turismo sem transportes aéreos e não há uma vida nos moldes em que conhecemos sem transportes marítimos eficazes”.

Mota Borges, que esteve reunido com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, falou da necessidade da “correção de trajectória” da política de transportes nos Açores, sem concretizar, porque, nesta fase, “nem o Plano e Orçamento da Região está composto e muito menos está aprovado”.

Ainda assim, para os transportes aéreos, referiu que a “correção, de alguma forma, será acertada com o plano de reestruturação da Sata”.

“Ao nível dos transportes de mercadorias, temos no programa do Governo que será feito um estudo alargado sobre o tema e que serão dados passos necessários para criar um mercado interno”, prosseguiu.

Ferry-boats no Verão substituídos por viagens mais baratas na SATA?

Questionado sobre se o novo Executivo planeia voltar a suspender a operação sazonal de transportes marítimos no arquipélago, o responsável pela tutela afirmou que, “este ano, padecemos do mesmo problema de que padecíamos o ano passado e que levou à decisão de suspender a linha sazonal” - a pandemia de Covid-19.

O governante lembrou, no entanto, que, no programa do Governo, consta uma proposta de “reduzir o preço dos voos, que substitui, em termos de mobilidade, as pretensões daqueles que querem visitar as ilhas”.

Por sua vez, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada entende que o Governo Regional deve “adiar a transição energética” na aplicação de fundos comunitários, para “reforçar a resiliência das empresas e até o digital”.

Depois de reunir com o governante, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Mário Fortuna, referiu que “grande parte daquilo que vai ser feito no futuro vai depender muito das verbas europeias”, afirmando que deu a conhecer “algumas sugestões quanto à forma como devem ser acertados”, já que a associação empresarial não concorda “totalmente com a forma como o Plano de Recuperação e Resiliência está distribuído”.

Transição energética não é prioritária

Questionado sobre essas sugestões, o representante dos empresários das ilhas de São Miguel e Santa Ma-

ria disse ter proposto “que se adie um pouco a transição energética, que não é prioritária neste momento, para reforçar um pouco as outras áreas, como seja a resiliência das empresas e até o digital”.

A associação empresarial já tinha destacado algumas “preocupações extra que são realçadas pela pandemia”, como a “fragilidade a nível da educação” na Região, a “fragilidade em termos formativos e a fragilidade digital”.

Para o turismo, Mário Fortuna destacou a importância das “políticas de apoio às empresas, para não cederem perante os problemas com que estão confrontadas, na expectativa de uma retoma”.

“Nessa retoma, vai ser importante desenvolver planos de recuperação ou de relançamento bastante ambiciosos, que têm de ser já preparados e com orçamentos definidos, para que depois não haja situações que atrasem o desenvolvimento do turismo no futuro”, prosseguiu.